



## **Relatório e contas dos primeiros 9 meses de 2011**

**Elementos mínimos previstos na IAS 34 de acordo com Art. 10.º do  
Regulamento n.º 5/2008 do CVM**

# **Demonstrações financeiras consolidadas**

**30 de Setembro de 2011**

**REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

## Índice

<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>5</b>
1.1 Resultados dos primeiros 9 meses de 2011	5
1.2 Análise dos resultados	5
1.3 RAB médio e investimento	6
1.4 Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa trimestrais	7
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>9</b>
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011</b>	<b>14</b>
1 Informação geral	14
2 Base de preparação	19
3 Principais políticas contabilísticas	19
4 Informação por segmentos	23
5 Activos fixos tangíveis e Activos intangíveis	26
6 Impostos diferidos	29
7 Activos disponíveis para venda	31
8 Clientes e outras contas a receber	32
9 Capital social	33
10 Empréstimos	33
11 Instrumentos financeiros derivados	34
12 Obrigações de benefícios de reforma e outros	38
13 Provisões para outros riscos e encargos	39
14 Fornecedores e outras contas a pagar	40
15 Imposto sobre o rendimento	40
16 Resultado por acção	42
17 Dividendos por acção	42

18	Garantias prestadas	43
19	Transacções com partes relacionadas	44
20	Depósitos de garantia	47
21	Outros gastos operacionais	47
22	Fornecimentos e serviços externos	47
23	Interesses não controlados	48
24	Outros assuntos	48
25	Factos subsequentes	50
<b>4.</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>52</b>
4.1	Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	52
4.2	Contactos	54

## 1. Relatório de gestão

### 1.1 Resultados dos primeiros 9 meses de 2011

O resultado líquido no 3.º trimestre de 2011 situou-se nos 95,6 M€, um valor 20,7% superior ao registado no 3.º trimestre de 2010.

O Resultado Líquido Recorrente, i.e. o resultado líquido expurgado da provisão para cobertura da contingência associada ao litígio com a Amorim Energia (12,5 M€), da amortização extraordinária de subsídios do gás (4,2 M€) registados em 2010 e, também, do imposto sobre o rendimento registado em 2011 mas respeitante a exercícios anteriores no montante de 3,6 M€, cresceu 11,8 %.

O EBITDA cresceu 9,6% atingindo 350,2 M€. Este crescimento é explicado, em grande medida, pelo aumento da base de activos regulados, com o RAB médio a crescer 6,7% em relação ao mesmo período de 2010, à alteração da formula de remuneração dos terrenos hídricos, passando a remuneração a Setembro de -1,0M€ em 2010 para 9,4M€ em 2011, à melhoria do desempenho operacional do Grupo e à alteração do seu perímetro de consolidação, traduzida na redução do OPEX em 22,5% (-24,3M€).

A Dívida Líquida cresceu 6,8% para os 2.322 M€. Apesar da difícil conjuntura de mercado, marcada pelo aumento pronunciado das *yields* soberanas, o custo médio da dívida situou-se nos 4,54% (63 bps acima de 2010).

Principais indicadores (M€)	Jan - Set 2010	Jan - Set 2011	Var.%
EBITDA	319,5	350,2	9,6%
Resultado financeiro	-61,0	-71,4	17,1%
Resultado líquido	79,2	95,6	20,7%
Resultado líquido recorrente	88,7	99,2	11,8%
Investimento Total	204,9	229,0	11,8%
RAB médio <sup>(1)</sup>	2.866,8	3.058,6	6,7%
Dívida Líquida (fim do período)	2.173,1	2.321,6	6,8%

<sup>(1)</sup> Valor de 2010 a custos históricos e 2011 a custos de referência

### 1.2 Análise dos resultados

O EBITDA aumentou 30,6 M€ (+9,6%) em relação a 2010, situando-se nos 350,2 M€. Na evolução do EBITDA destacam-se os seguintes pontos:

- O crescimento verificado na base de activos regulados (RAB), particularmente em infra-estruturas com uma maior taxa de remuneração, originou um forte crescimento nas rubricas “remuneração do RAB” (+15,8 M€, +10,7%), e “recuperação de amortizações” (+7,9M€, +7,1%);
- A revisão da fórmula de remuneração dos terrenos hídricos (que deixa de estar associada à taxa de inflação e passa a ser calculada com base na taxa *swap* interbancária de prazo mais próximo ao horizonte de amortização legal dos terrenos em causa, acrescida de 0,5%), passando a remuneração a contabilizar para ganhos de 9,4M€ em Setembro de 2011 em vez de perdas de 1,0M€ no mesmo período de 2010;
- A redução do OPEX da REN em 24,3M€ (-22,5%), para os 83,8 M€ com as componentes de fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal a reduzir 38,5% e 7,0%, respectivamente.

O Resultado Financeiro a Setembro de 2011 foi de -71,4M€, reflectindo um agravamento de 17,1% em relação a 2010. Apesar da difícil conjuntura de mercado verificada durante o ano, marcada pelo aumento pronunciado das *yields* da dívida soberana, o custo médio da dívida da REN fechou o 3.º trimestre nos 4,54% (63 bps acima de 2010).

### 1.3 RAB médio e investimento

O RAB médio aumentou 6,7% face a Setembro de 2010, atingindo os 3.058,6 M€.

O CAPEX realizado até Setembro situou-se nos 229,0 M€, superior em 11,8% ao verificado em igual período de 2010. No segmento da electricidade verificou-se um acréscimo de 11,0% e, no segmento do gás houve um crescimento de 16,4%.

(M€)	Jan -Set 2010	Jan -Set 2011	Var.%
<b>RAB Médio Total <sup>(1)</sup></b>	<b>2.866,8</b>	<b>3.058,6</b>	<b>6,7%</b>
Electricidade	1.544,4	1.701,4	10,2%
Terrenos Hídricos	350,9	336,6	-4,1%
Gás	971,5	1.020,7	5,1%
<b>Investimento</b>	<b>204,9</b>	<b>229,0</b>	<b>11,8%</b>
Electricidade	151,7	168,4	11,0%
Gás	51,9	60,4	16,4%
Outros	1,3	0,2	-88,3%

<sup>(1)</sup> Valor de 2010 a custos históricos e 2011 a custos de referência

## 1.4 Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa trimestrais

Em cumprimento do estabelecido na Circular de 17 de Julho de 2009 da CMVM, divulgam-se abaixo as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para os períodos compreendidos entre 1 de Julho e 30 de Setembro de 2011 e 2010 (informação não auditada):

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Demonstrações consolidadas dos resultados trimestrais	2011	2010
	3ºTRIM	(Reexpresso) 3ºTRIM
Vendas	216	91
Prestações de serviços	129.017	124.782 b)
Rendimentos de construção em activos concessionados	89.210	80.741 a)
Outros rendimentos operacionais	4.986	7.123
Ganhos/(perdas) em joint ventures	-	2.503
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>223.429</b>	<b>215.240</b>
Custo de vendas	(747)	(1.017)
Gastos de construção em activos concessionados	(80.520)	(73.340) a)
Fornecimentos e serviços externos	(11.823)	(19.171) a)
Gastos com o pessoal	(12.138)	(13.220) a)
Depreciações e amortizações do exercício	(45.410)	(42.986) a)
Reversões/(reforços) de provisões	-	(6.235)
Outros gastos operacionais	(3.574)	(3.448)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(154.211)</b>	<b>(159.417) b)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>69.218</b>	<b>55.823</b>
Gastos de financiamento	(28.667)	(22.765)
Ganhos financeiros	438	531 a)
Dividendos de empresas associadas	2.998	2.421
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(25.231)</b>	<b>(19.813)</b>
Resultados consolidados antes de impostos	<b>43.987</b>	<b>36.010</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(16.679)	(13.381)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>27.309</b>	<b>22.629</b>
<b>Atribuível a:</b>		
Detentores do capital	27.321	22.628
Interesses não controlados	(12)	-
	<b>27.309</b>	<b>22.628</b>
<b>Resultado por acção atribuível aos detentores do capital durante o ano (expresso em euros por acção)</b>		
- básico	0,05	0,04
- diluído	0,05	0,04

a) Estes montantes foram reexpressos face aos anteriormente publicados por a demonstração dos resultados passar a contemplar os réditos e gastos de construção de activos concessionados, decorrente da adopção da IFRIC 12 - acordos de concessão de serviços (Nota 3.1).

b) Estes montantes foram reexpressos face aos anteriormente publicados, conforme indicado na Nota 3.1.

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

<b>Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa trimestrais</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>3º trim</b>	<b>3º trim</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	497.749	546.579
Pagamentos a fornecedores	(371.829)	(353.998)
Pagamentos ao pessoal	(13.815)	(14.677)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento	(53.812)	1.494
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	1.940	(5.348)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais (1)</b>	<b>60.233</b>	<b>174.049</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	1.022	8.662
Juros e proveitos similares	962	223
Dividendos de empresas associadas	2.998	2.421
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	(37)
Outros activos intangíveis - Activos de concessão	(60.389)	(79.995)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento (2)</b>	<b>(55.407)</b>	<b>(68.725)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	2.132.000	2.281.563
Juros e proveitos similares	110	73
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(2.159.266)	(2.408.875)
Juros e custos similares	(8.439)	(4.611)
Aquisição acções Próprias	-	-
Dividendos	-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(35.595)</b>	<b>(131.850)</b>
<b>Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1)+(2)+(3)</b>	<b>(30.769)</b>	<b>(26.525)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.083	51.422
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>52.314</b>	<b>24.896</b>
<b>Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa	30	29
Descobertos bancários	(35.527)	(35.653)
Depósitos à ordem	2.912	60.521
Depósitos a prazo	84.900	-
	<b>52.314</b>	<b>24.896</b>

## 2. Demonstrações financeiras consolidadas

### Demonstrações consolidadas da posição financeira

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2011	31.12.2010
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1.050	1.201
Goodwill	5	3.774	3.774
Outros activos intangíveis	5	3.814.513	3.720.857
Activos por impostos diferidos	6	60.428	60.802
Activos financeiros disponíveis para venda	7	80.335	84.301
Instrumentos financeiros derivados	11	21.839	20.699
Outros investimentos financeiros		6.866	7.119
Clientes e outras contas a receber	8	56.172	66.505
		<b>4.044.979</b>	<b>3.965.255</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários		5.435	4.047
Clientes e outras contas a receber	8	189.641	275.796
Imposto sobre o rendimento a receber		4.626	361
Depósitos de garantia recebidos	20	100.053	74.234
Instrumentos financeiros derivados	11	1.247	2.212
Caixa e equivalentes de caixa		87.843	138.598
		<b>388.845</b>	<b>495.248</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>4.433.824</b>	<b>4.460.503</b>
<b>Capital Próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital social	9	534.000	534.000
Acções próprias	9	(10.728)	(10.728)
Outras reservas		217.790	211.582
Resultados acumulados		169.905	170.453
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		95.572	110.265
		<b>1.006.539</b>	<b>1.015.572</b>
Interesses não controlados	23	517	6.329
<b>Total capital próprio</b>		<b>1.007.056</b>	<b>1.021.901</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos	10	2.298.085	1.910.650
Passivos por impostos diferidos	6	58.416	71.551
Obrigações de benefícios de reforma e outros	12	70.259	66.031
Fornecedores e outras contas a pagar	14	385.652	451.940
Instrumentos financeiros derivados	11	10.492	2.875
Provisões	13	4.611	4.611
		<b>2.827.515</b>	<b>2.507.659</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos	10	134.768	347.134
Fornecedores e outras contas a pagar	14	350.331	432.807
Provisões	13	12.470	12.470
Imposto sobre o rendimento a pagar	15	657	59.925
Instrumentos financeiros derivados	11	974	4.375
Depósitos garantia a pagar	20	100.053	74.234
		<b>599.252</b>	<b>930.945</b>
<b>Total Passivo</b>		<b>3.426.768</b>	<b>3.438.603</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>4.433.824</b>	<b>4.460.503</b>

As Notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstrações consolidadas dos resultados dos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2011	30.09.2010
Vendas	4	648	664
Prestações de serviços	4	387.985	373.588 b)
Rendimentos de construção em activos concessionados		228.811	203.332 a)
Outros rendimentos operacionais		20.781	30.490
Ganhos/(perdas) em joint ventures		-	7.546
<b>Total dos proveitos operacionais</b>		<b>638.225</b>	<b>615.621</b>
Custo das vendas		(1.205)	(1.366)
Gastos de construção em activos concessionados		(204.255)	(183.784) a)
Fornecimentos e serviços externos	22	(34.928)	(56.754) a)
Gastos com pessoal		(36.417)	(39.165) a)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(134.905)	(127.043) a)
Reversões / (reforços) de provisões	13	-	(12.470)
Outros gastos operacionais	21	(11.252)	(10.807) b)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(422.962)</b>	<b>(431.390)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	4	<b>215.263</b>	<b>184.231</b>
Gastos de financiamento		(78.794)	(66.883) a)
Ganhos financeiros		2.762	2.090
Dividendos de empresas participadas		4.596	3.790
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(71.436)</b>	<b>(61.004)</b>
<b>Resultados consolidados antes de impostos</b>		<b>143.827</b>	<b>123.227</b>
Imposto sobre o rendimento	15	(48.243)	(44.041)
<b>Resultado líquido consolidado do período antes de interesses não controlados</b>		<b>95.584</b>	<b>79.185</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Accionistas do grupo REN		95.572	79.185
Interesses não controlados		12	-
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>95.584</b>	<b>79.185</b>
<b>Resultado por acção atribuível a detentores de capital durante o período (expresso em euros )</b>			
- básico		0,18	0,15
- diluído		0,18	0,15

- c) Estes montantes foram reexpressos face aos anteriormente publicados por a demonstração dos resultados passar a contemplar os réditos e gastos de construção de activos concessionados, decorrente da adopção da IFRIC 12 - acordos de concessão de serviços (Nota 3.1).
- d) Estes montantes foram reexpressos face aos anteriormente publicados, conforme indicado na Nota 3.1.

As Notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstrações consolidadas do rendimento integral dos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2011	30.09.2010
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		95.584	79.185
<b>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:</b>			
Varição de reservas de cobertura - instrumentos financeiros derivados		(10.410)	2.443
Ganhos / (perdas) actuariais - valor bruto	12	(5.938)	-
Varição em activos financeiros disponíveis para venda	7	(3.965)	(7.486)
Outras variações		27	-
Imposto sobre os itens reconhecidos directamente no capital próprio	6	4.741	(735)
<b>Total do rendimento consolidado integral do período</b>		<b>80.039</b>	<b>73.406</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Accionistas		80.027	73.406
Interesses não controlados		12	-
		<b>80.039</b>	<b>73.406</b>

As Notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

Notas	Atribuível aos accionistas								Interesses não controlados	Total
	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva justo valor	Reserva cobertura	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício		
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>67.221</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(5.553)</b>	<b>103.218</b>	<b>177.067</b>	<b>134.107</b>	<b>514</b>	<b>996.599</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>	-	-	-	(6.354)	1.923	(3.171)	1.823	79.185	-	73.406
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(88.530)	-	-	(88.530)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	7.224	-	-	48.092	78.791	(134.107)	-	-
<b>A 30 de Setembro de 2010</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>74.445</b>	<b>(9.601)</b>	<b>(3.630)</b>	<b>148.138</b>	<b>169.151</b>	<b>79.185</b>	<b>514</b>	<b>981.475</b>

  

Notas	Atribuível aos accionistas								Interesses não controlados	Total
	Capital Social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva justo valor	Reserva cobertura	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício		
<b>A 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>74.445</b>	<b>(9.861)</b>	<b>(1.141)</b>	<b>148.138</b>	<b>170.453</b>	<b>110.265</b>	<b>6.329</b>	<b>1.021.901</b>
<b>Total do rendimento integral do período</b>	-	-	-	(3.965)	(7.391)	-	(4.189)	95.572	12	80.039
Efeito da aquisição de minoritários na participações nas sociedades de gasodutos	23	-	-	-	-	-	-	-	(5.814)	(5.814)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	-	(89.060)	-	-	(89.060)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	5.364	-	-	12.201	92.701	(110.265)	-	-
<b>A 30 de Setembro de 2011</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>79.809</b>	<b>(13.827)</b>	<b>(8.532)</b>	<b>160.339</b>	<b>169.905</b>	<b>95.572</b>	<b>517</b>	<b>1.007.056</b>

As Notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa dos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros - mEuros)

	Notas	Período findo em	
		30.09.2011	30.09.2010
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		1.670.465	1.511.198 a)
Pagamentos a fornecedores		(1.301.055)	(1.086.671) a)
Pagamentos ao pessoal		(42.964)	(45.359)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(116.183)	1.678
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(2.475)	(1.307)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais (1)</b>		<b>207.788</b>	<b>379.540</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		1.129	9.927
Juros e rendimentos similares		2.770	7.551
Dividendos de empresas associadas		3.851	3.114
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(146)	(88)
Outros activos intangíveis - Activos de concessão		(267.484)	(265.813)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(259.880)</b>	<b>(245.309)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		6.900.000	8.242.434
Juros e rendimentos similares		285	81
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(6.776.871)	(8.259.202)
Juros e gastos similares		(31.819)	(28.693)
Dividendos	17	(89.060)	(88.530)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>2.535</b>	<b>(133.910)</b>
<b>Aumento líquido / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (1)+(2)+(3)</b>		<b>(49.557)</b>	<b>320</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		101.871	24.576
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		<b>52.314</b>	<b>24.896</b>
<b>Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa		30	29
Descobertos bancários		(35.527)	(35.653)
Depósitos à ordem		2.912	11.021
Depósitos a prazo		84.900	49.500
		<b>52.314</b>	<b>24.896</b>

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a actividades na qual a Empresa actua como Agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As Notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011

#### 1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de Janeiro e n.º 131/94, de 19 de Maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de Agosto de 1994, com o objecto de assegurar a gestão global do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de Setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua actividade centrada no negócio da electricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de Setembro de 2006, decorrente da transacção de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos activos e participações financeiros associados às actividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “holding” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da electricidade para uma nova empresa constituída em 26 de Setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Electricidade e o Gás, e duas de negócio secundárias, nas áreas de Telecomunicações e de Gestão do Mercado de Derivados de Electricidade.

O negócio da Electricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de Setembro de 2006, cujas actividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (“SEP”);
- b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de Junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30

de Junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A actividade desta empresa compreende o comércio da electricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais.

c) A Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de Outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como actividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de Março de 2011, com o objecto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projectos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de Setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infra-estruturas de transporte de gás (rede; ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de Setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos activos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A actividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infra-estruturas necessárias.

As actividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

Adicionalmente, a REN Gasodutos, S.A. detém participação em duas sociedades, constituídas inicialmente em regime de “*joint venture*” com uma empresa espanhola de transporte de gás, a

Enagás, às quais a REN Gasodutos cedeu os direitos de transporte sobre gasodutos específicos (Braga-Tuy e Campo Maior-Leiria-Braga).

Estas sociedades foram constituídas com o objectivo de gerir conjuntamente a capacidade de transporte de alguns sectores dos gasodutos da REN Gasodutos, S.A., com a alocação a cada um dos sócios de uma quota de capacidade de transporte, de forma a garantir a maximização da sua utilização. A rentabilidade destas empresas era assegurada pelos dois parceiros (REN e Enagás) através da fixação do preço anual a pagar por cada unidade de gás natural transportado.

No dia 17 de Dezembro de 2010 foi celebrado um contrato entre a REN Gasodutos, S.A. e a Enagás, S.A., relativo à desvinculação da Enagás, S.A. do projecto conjunto de fornecimento de gás natural a Portugal e Espanha. Este contrato previa a transmissão pela Enagás em benefício da REN Gasodutos, dos seus direitos de utilização da capacidade de transporte dos Gasodutos, mediante pagamento, pela REN Gasodutos, de um valor de 29 000 milhares de euros. Adicionalmente, este contrato previa a liquidação de todos os montantes em dívida entre as sociedades de transporte (Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga, S.A. e o Gasoduto Braga-Tuy, S.A.) e a Enagás e a amortização das acções detidas pela Enagás no capital social destas sociedades de transporte, passando a REN a deter com efeitos a 31 de Dezembro de 2010, o controlo das políticas operacionais das sociedades de transporte. As aquisições das partes de capital destas sociedades e a liquidação integral dos saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2010 com a Enagás veio a concretizar-se no decurso do 1.º semestre de 2011.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja actividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infra-estruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras ópticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

O negócio da gestão do Mercado de Derivados da Electricidade é assegurado pelo OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.. Esta entidade foi constituída para a organização da divisão Portuguesa do MIBEL, assegurando a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida totalmente pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo. O OMIP iniciou a sua actividade em 3 de Julho de 2006.

No seguimento dos Acordos de Santiago, foi criada a empresa OMIP SGPS, S.A. que iniciou a sua actividade em 16 de Setembro de 2010 e tem por objecto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas. Esta sociedade passou a deter as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.

A REN Serviços, S.A. iniciou a sua actividade em Janeiro de 2008, tendo por objecto a prestação de quaisquer serviços genéricos de apoio administrativo, financeiro, regulativo, de gestão do pessoal, processamento de salários, gestão e manutenção de património mobiliário e imobiliário, negociação e aprovisionamento de consumíveis ou serviços e, em geral, quaisquer outros do mesmo tipo, usualmente designados por serviços de *Back office*, de forma remunerada, tanto a empresas que estejam com ela em relação de grupo como quaisquer terceiros.

Em 15 de Dezembro de 2010, o objecto da REN Serviços, S.A. foi alterado, passando a ter a seguinte redacção: a Sociedade tem por objecto a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

## 1.1. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação em 30 de Setembro de 2011 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual
<b>Segmento da Electricidade:</b>			
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100,00%	100,00%
REN Trading, S.A.	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100,00%	100,00%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do	100,00%	100,00%
<b>Segmento do Operador do Mercado de Energia</b>			
OMIP - SGPS, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Gestão de participações	90,00% a)	90,00%
Detidas pela OMIP, SGPS, S.A.: OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador do mercado Ibérico de Energia ( Pólo Português)	90,00% a)	-
OMI CLEAR - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Operador da Câmara de compensação para os contratos de futuros de Electricidade	90,00% a)	-
<b>Segmento de Telecomunicações:</b>			
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100,00%	100,00%
<b>Outros segmentos:</b>			
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100,00%	100,00%
<b>Segmento do Gás Natural</b>			
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100,00%	100,00%
Detida pela Ren Serviços, S.A.: REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100,00%	-
Detidas pela Ren Gas, S.A.: REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100,00%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100,00%	-
Detidas pela REN Gasodutos, S.A: Gasoduto Braga Tuy, S.A.	Transporte de gás	100,00%	-
Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga,S.A.	Transporte de gás	100,00%	-

a) Ver Evento subsequente, indicado na Nota 25.

## **Alterações ao perímetro de consolidação em 2011 face a 2010**

Empresas constituídas: Em 29 de Março de 2011 foi constituída a REN Gás, S.A., empresa detida integralmente pela REN Serviços, que adquiriu as participações que a REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. detinha na REN Gasodutos e na REN Armazenagem.

### **1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 3 de Novembro de 2011. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). Estas demonstrações financeiras devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato

Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adoptadas nestas demonstrações financeiras consolidadas, são consistentes, em todos os aspectos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2010. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

#### **Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas**

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011:

- IAS 24 ‘Divulgações de Partes Relacionadas’ (Revisão de 2009) - Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 30 de Setembro de 2011.
- IAS 32 ‘Instrumentos Financeiros: Apresentação’ (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010) - Esta alteração vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 30 de Setembro de 2011.

- IFRS 1 ‘Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro’ (alteração) (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010) - Esta alteração vem definir a isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez, e simplifica as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 30 de Setembro de 2011.
- IFRIC 14 ‘Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo’ (alteração) - Esta alteração vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 30 de Setembro de 2011.
- IFRIC 19 ‘Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio’ (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010). Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 30 de Setembro de 2011.
- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - Maio de 2010. Este processo envolveu a revisão de cinco normas contabilísticas, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. Adicionalmente, existiu também a revisão de oito normas contabilísticas, a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 30 de Junho de 2010.

### 3.1 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os impactos na demonstração dos resultados do 3.º trimestre de 2010 decorrente da adoção da IFRIC 12, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, e da anulação dos rendimentos e gastos associados ao sobrecusto dos CAE são como seguem:

	30.09.2010	Aplicação da IFRIC 12 (i)	Sobrecusto dos CAE (ii)	30.09.2010 reexpresso
Vendas	664	-	-	664
Prestações de serviços	559.633	-	(186.045)	373.588
Rendimentos de construção em activos concessionados	-	202.408	-	202.408
Outros rendimentos operacionais	30.490	-	-	30.490
Ganhos/(perdas) em joint ventures	7.546	-	-	7.546
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<b>598.333</b>	<b>202.408</b>	<b>(186.045)</b>	<b>614.696</b>
Custo das vendas	(442)	-	-	(442)
Gastos de construção em activos concessionados	-	(183.784)	-	(183.784)
Fornecimentos e serviços externos	(53.256)	(3.498)	-	(56.754)
Gastos com pessoal	(33.420)	(5.745)	-	(39.165)
Depreciações e amortizações do exercício	(126.663)	(381)	-	(127.043)
Reversões / (Provisões) do exercício	(12.470)	-	-	(12.470)
Outros gastos operacionais	(196.778)	(74)	186.045	(10.807)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(423.029)</b>	<b>(193.482)</b>	<b>186.045</b>	<b>(430.466)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>175.305</b>	<b>8.926</b>	<b>-</b>	<b>184.231</b>
Gastos de financiamento	(57.957)	(8.926)	-	(66.883)
Ganhos financeiros	2.090	-	-	2.090
Dividendos de empresas participadas	3.790	-	-	3.790
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(52.078)</b>	<b>(8.926)</b>	<b>-</b>	<b>(61.004)</b>
<b>Resultados líquidos consolidados antes de impostos</b>	<b>123.227</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.227</b>
Imposto sobre o rendimento	(44.041)	-	-	(44.041)
<b>Resultado líquido consolidado do período antes de interesses não controlados</b>	<b>79.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.185</b>
<b>Atribuível a:</b>				
Accionistas do grupo REN	79.185	-	-	79.185
Interesses não controlados	-	-	-	-
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>79.185</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.185</b>

(i) Adopção da IFRIC 12 - A demonstração consolidada dos resultados passou a contemplar os gastos de construção dos activos concessionados e os respectivos rendimentos de construção, sem margem.

(ii) Sobrecustos dos CAE - Adopção do procedimento de anulação das rubricas de sobrecusto dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) nos outros gastos operacionais e na rubrica de vendas e prestações de serviços por se tratar de valores “pass through” (Nota 21).

#### 4 Informação por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de activos e operações comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo REN apresenta a informação por segmentos de negócio, uma vez que opera apenas em Portugal. As transacções efectuadas pela empresa do grupo Omiclear, embora respeitando essencialmente à venda de contratos de futuros no MIBEL, não são materiais para apresentarem informação por segmento geográfico.

A REN identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, a Comissão Executiva. É a Comissão Executiva que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das actividades do Grupo e a afectação de recursos. A determinação dos segmentos foi efectuada com base na informação que é analisada pela Comissão Executiva, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

O Grupo REN encontra-se organizado em dois segmentos de negócio principais: a Electricidade e o Gás e em dois segmentos secundários: as telecomunicações e a gestão do mercado de derivados de electricidade. O segmento da Electricidade inclui as actividades de transporte de electricidade em muita alta tensão, a gestão global do sistema eléctrico de abastecimento público e a gestão dos contratos de aquisição de energia (“CAE”) não cessados em 30 de Junho de 2007. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão e a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, assim como a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Os outros segmentos (telecomunicações e gestão do mercado de derivados de electricidade) são também apresentados separadamente embora não se qualifiquem para divulgação.

Na coluna com a designação de “Outros” encontram-se incluídas as operações da REN SGPS e REN Serviços.

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 são como segue:

	Electricidade	Gás	Telecom.	Operador Mercado de Electricidade		Total
				Electricidade	Outros	
<b>Rendimentos de construção em activos concessionados</b>	<b>151.674</b>	<b>51.659</b>	-	-	-	<b>203.332</b>
Total de vendas e prestações de serviços	447.808	134.490	4.863	2.797	-	589.957
Vendas e prestação de serviços inter-segmentos	(214.294)	(29)	(533)	(849)	-	(215.705)
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>233.514</b>	<b>134.461</b>	<b>4.330</b>	<b>1.948</b>	-	<b>374.252</b>
Resultado Operacional por Segmento	119.683	82.103	3.326	(759)	(20.122)	184.231
Gastos de financiamento	(49.226)	(11.624)	(2)	(5)	(6.026)	(66.883)
Ganhos financeiros	216	875	15	1	4.771	5.879
<b>Resultados antes do imposto</b>						<b>123.227</b>
Imposto sobre o rendimento						(44.041)
<b>Resultado líquido do período</b>						<b>79.185</b>
<b>Outros custos:</b>						
Depreciações e amortizações	(90.707)	(36.086)	(10)	(21)	(219)	(127.043)

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, são como segue:

	Electricidade	Gas	Telecom.	Operador Mercado de Electricidade		Total
				Electricidade	Outros	
<b>Rendimentos de construção em activos concessionados</b>	<b>168.413</b>	<b>60.398</b>	-	-	-	<b>228.811</b>
Total de vendas e prestações de serviços	255.086	147.758	4.075	1.991	23.093	432.003
Vendas e prestação de serviços inter-segmentos	(812)	(19.841)	(535)	(84)	(22.098)	(43.370)
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>254.274</b>	<b>127.917</b>	<b>3.540</b>	<b>1.907</b>	<b>995</b>	<b>388.633</b>
Resultado Operacional por Segmento	146.545	81.751	2.666	(51)	(15.649)	215.263
Gastos de financiamento	(47.156)	(14.458)	(1)	(5)	(17.176)	(78.794)
Ganhos financeiros	250	2.695	81	260	4.073	7.359
<b>Resultados antes do imposto</b>						<b>143.827</b>
Imposto sobre o rendimento						(48.243)
<b>Resultado líquido do período</b>						<b>95.584</b>
<b>Outros custos:</b>						
Depreciações e amortizações	(95.184)	(39.404)	(12)	(168)	(137)	(134.905)

As transacções inter-segmentos são efectuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transacções efectuadas com entidades terceiras.

Os activos e passivos por segmento, bem como os investimentos em activos fixos tangíveis e intangíveis para o período findo em 31 de Dezembro de 2010, são como segue:

	Electricidade	Gás	Telecom.	Operador Mercado de Electricidade	Outros	Grupo
Activos	2.825.686	1.336.634	3.548	79.257	215.378	4.460.503
Passivos	843.265	358.815	472	75.471	2.160.579	3.438.603
Investimento em activos fixos tangíveis	4	-	-	367	339	710
Investimento em activos intangíveis - Activos da Concessão	293.856	148.473	-	-	-	442.330
Total de investimento	<b>293.861</b>	<b>148.473</b>	-	<b>367</b>	<b>339</b>	<b>443.040</b>

Os activos e passivos por segmento, bem como os activos fixos para o período findo em 30 de Setembro de 2011, são como segue:

	Electricidade	Gas	Telecom.	Operador Mercado de Electricidade	Outros	Total
Activos	2.780.691	1.345.368	2.811	106.363	198.591	4.433.824
Passivos	689.322	311.312	353	101.193	2.324.587	3.426.768
Investimento em activos fixos tangíveis	-	-	37	16	102	154
Investimento em activos intangíveis - Activos da Concessão	168.413	60.398	-	-	-	228.811
Total de investimento	<b>168.413</b>	<b>60.398</b>	<b>37</b>	<b>16</b>	<b>102</b>	<b>228.965</b>

Os activos por segmento consistem essencialmente nos activos da concessão classificados na rubrica de outros activos intangíveis, bem como os saldos de clientes e outras contas a receber. Os passivos por segmento compreendem os passivos operacionais, excepto os passivos da “holding” e os empréstimos não obtidos para financiamento da actividade de exploração à data de 30 de Setembro de 2011, apresentados como “Outros”.

Os investimentos em activos fixos tangíveis e intangíveis referem-se a adições do período (Nota 5).





As adições registadas no decurso do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, referem-se essencialmente a direitos subjacentes à exploração de subestações e linhas da Rede Nacional de Transporte (“RNT”), no segmento da electricidade, e, no segmento do gás, ao direito subjacente à exploração do projecto de construção do 3.º tanque no Terminal de Sines.

O aumento registado nos outros activos intangíveis comparando o período findo em 30 de Setembro de 2010 com o período findo em 30 de Setembro de 2011 refere-se, essencialmente, à concretização do plano de investimentos do Grupo em activos concessionados.

Os encargos financeiros capitalizados em activos intangíveis em curso, no período findo em 30 de Setembro de 2011, ascenderam a 13.357 milhares de euros (8.926 milhares de euros em 30 de Setembro de 2010), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 10.624 milhares de euros (9.716 milhares de euros em 30 de Setembro de 2010).

Em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido dos activos tangíveis e intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Valor bruto	6.971	5.846
Amortizações e depreciações acumuladas	(4.677)	(2.616)
	<u><b>2.294</b></u>	<u><b>3.230</b></u>

## 6 Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Impacto na demonstração dos resultados (Nota 15):		
Activos por impostos diferidos	(4.652)	6.530
Passivos por impostos diferidos	<u>12.672</u>	<u>9.567</u>
	<u>8.020</u>	<u>16.097</u>
Impactos no capital próprio:		
Activos por impostos diferidos	4.279	4.381
Passivos por impostos diferidos	<u>462</u>	<u>(5.116)</u>
	<u>4.741</u>	<u>(735)</u>
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b><u>12.761</u></b>	<b><u>15.362</u></b>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como segue:

### Evolução dos activos por impostos diferidos - Setembro 2010

	<u>Provisões</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Pensões</u>	<u>Desvios tarifários</u>	<u>Activos disponíveis para venda</u>	<u>Instrumentos financeiros derivados</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2010	1.402	1.051	18.509	14.243	496	-	1.925	37.627
Aumento/reversão por reservas	-	-	1.823	-	1.132	3.428	(2.002)	4.381
Reversão por resultados	(261)	-	(1.808)	-	-	(20)	(88)	(2.176)
Constituição por resultados	108	-	-	7.695	-	730	173	8.706
<b>Movimento do período</b>	<b>(153)</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>7.695</b>	<b>1.132</b>	<b>4.138</b>	<b>(1.917)</b>	<b>10.910</b>
A 30 de Setembro de 2010	<u>1.249</u>	<u>1.051</u>	<u>18.524</u>	<u>21.938</u>	<u>1.628</u>	<u>4.138</u>	<u>8</u>	<u>48.537</u>

### Evolução dos activos por impostos diferidos - Setembro 2011

	<u>Provisões</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Pensões</u>	<u>Desvios tarifários</u>	<u>Instrumentos financeiros derivados</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
A 1 de Janeiro de 2011	1.337	1.244	19.149	36.602	1.525	945	60.802
Aumento/reversão por reservas	-	-	1.719	-	2.557	3	4.279
Reversão por resultados	-	-	(794)	(3.625)	(492)	(42)	(4.954)
Constituição por resultados	-	-	301	-	-	-	301
<b>Movimento do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.226</b>	<b>(3.625)</b>	<b>2.065</b>	<b>(39)</b>	<b>(373)</b>
A 30 de Setembro de 2011	<u>1.337</u>	<u>1.244</u>	<u>20.375</u>	<u>32.976</u>	<u>3.590</u>	<u>906</u>	<u>60.428</u>

Em 30 de Setembro de 2011 os activos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

#### Evolução dos passivos por impostos diferidos - Setembro 2010

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais	Instrumentos financeiros derivados	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>47.973</b>	<b>33.613</b>	-	<b>81.586</b>
Aumento/reversão por reservas	-	3.171	1.945	<b>5.116</b>
Constituição por resultados	8.369	-	815	<b>9.184</b>
Reversão por resultados	(16.755)	(1.997)	-	<b>(18.752)</b>
<b>Movimentos do período</b>	<b>(8.385)</b>	<b>1.173</b>	<b>2.760</b>	<b>(4.452)</b>
<b>A 30 de Setembro de 2010</b>	<b>39.588</b>	<b>34.786</b>	<b>2.760</b>	<b>77.134</b>

#### Evolução dos passivos por impostos diferidos - Setembro 2011

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais	Instrumentos financeiros derivados	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2011</b>	<b>36.089</b>	<b>34.359</b>	<b>1.103</b>	<b>71.551</b>
Aumento/reversão por reservas	-	-	(462)	<b>(462)</b>
Constituição por resultados	7.881	-	-	<b>7.882</b>
Reversão por resultados	(18.093)	(1.819)	(642)	<b>(20.554)</b>
<b>Movimentos do período</b>	<b>(10.212)</b>	<b>(1.819)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(13.134)</b>
<b>A 30 de Setembro de 2011</b>	<b>25.877</b>	<b>32.539</b>	-	<b>58.416</b>

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efectuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais, incluído no custo considerado dos activos intangíveis na data da transição para IFRS. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efectuadas.

## 7 Activos disponíveis para venda

Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	<u>% detida</u>	<u>Entidade</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	10%	OMIP, SGPS	1.033	1.033
Red Electrica Corporacion, S.A. ("REE")	1%	REN, SGPS	46.324	47.651
Enagás, S.A.	1%	REN, SGPS	32.978	35.617
			<u>80.335</u>	<u>84.301</u>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	<u>OMEL</u>	<u>REE</u>	<u>ENAGAS</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2010</b>	<b>1.033</b>	<b>52.551</b>	<b>36.835</b>	<b>90.419</b>
Ajustamento de justo valor	-	(4.900)	(1.218)	(6.118)
<b>31 de Dezembro de 2010</b>	<b>1.033</b>	<b>47.651</b>	<b>35.617</b>	<b>84.301</b>
<b>1 de Janeiro de 2011</b>	<b>1.033</b>	<b>47.651</b>	<b>35.617</b>	<b>84.301</b>
Ajustamento de justo valor	-	(1.327)	(2.639)	(3.966)
<b>30 de Setembro de 2011</b>	<b>1.033</b>	<b>46.324</b>	<b>32.978</b>	<b>80.335</b>

A participação detida pelo OMIP, SGPS está registada ao custo de aquisição, uma vez que a OMEL tem uma actividade específica e não é uma empresa cotada. Não foi efectuado qualquer ajustamento à data de 30 de Setembro de 2011, por não existirem indicadores de perda de valor.

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 30 de Setembro de 2011.

Os ajustamentos ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda estão reflectidos no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor.

	<b>Ajustamento de justo valor</b>
Varição justo valor	<u>(3.966)</u>
<b>Ajustamento líquido em capital</b>	<b><u>(3.966)</u></b>

## 8 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Clientes e outras contas a receber é o seguinte:

	30.09.2011			31.12.2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber (i)	150.067	155	150.222	212.696	65	212.760
Ajustamentos a contas a receber	<u>(822)</u>	-	<u>(822)</u>	<u>(844)</u>	-	<u>(844)</u>
Clientes - Valor líquido	<u>149.245</u>	<u>155</u>	<u>149.400</u>	<u>211.852</u>	<u>65</u>	<u>211.916</u>
Desvios tarifários	33.276	56.017	89.293	58.066	66.441	124.507
Estado e Outros Entes Públicos	<u>7.120</u>	-	<u>7.120</u>	<u>5.878</u>	-	<u>5.878</u>
<b>Clientes e outras contas a receber</b>	<b><u>189.641</u></b>	<b><u>56.172</u></b>	<b><u>245.813</u></b>	<b><u>275.796</u></b>	<b><u>66.505</u></b>	<b><u>342.301</u></b>

- (i) Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 64.994 milhares de euros (79.344 milhares em 31 de Dezembro de 2010).

Em 18 de Julho de 2011, foi publicado o Decreto-Lei n.º 87/2011 que veio formalizar o tratamento dos desvios tarifários do segmento do gás equiparando-o ao estabelecido para os desvios da electricidade pelo Decreto - Lei n.º 237B/2006.

## 9 Capital social

Em 30 de Setembro de 2011, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 acções com o valor nominal de 1 euro cada:

	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
	534.000.000	534.000
<b>Capital Social</b>	<b><u>534.000.000</u></b>	<b><u>534.000</u></b>

Em 30 de Setembro de 2011, a REN SGPS detinha as seguintes acções em carteira:

	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de capital social</u>	<u>Valor</u>
Acções próprias	3.881.374	0,7268%	(10.728)
<b>Em 30 de Setembro de 2011</b>	<b><u>3.881.374</u></b>	<b><u>0,7268%</u></b>	<b><u>(10.728)</u></b>

## 10 Empréstimos

A alocação dos empréstimos entre corrente e não corrente, em 30 de Setembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

	<u>30.09.2011</u>			<u>31.12.2010</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	-	499.000	499.000	260.000	227.000	487.000
Empréstimos obrigacionistas	-	1.096.712	1.096.712	-	942.039	942.039
Empréstimos bancários	40.999	701.381	742.379	40.828	739.381	780.209
Descobertos bancários	35.527	-	35.527	36.727	-	36.727
Locações financeiras	1.169	992	2.161	1.260	1.743	3.003
	<u>77.695</u>	<u>2.298.085</u>	<u>2.375.780</u>	<u>338.814</u>	<u>1.910.162</u>	<u>2.248.976</u>
Juros a pagar - empréstimos	61.775	-	61.775	12.098	488	12.586
Juros pagos (antecipação)	(4.703)	-	(4.703)	(3.778)	-	(3.778)
<b>Empréstimos</b>	<b><u>134.768</u></b>	<b><u>2.298.085</u></b>	<b><u>2.432.853</u></b>	<b><u>347.134</u></b>	<b><u>1.910.650</u></b>	<b><u>2.257.784</u></b>

A variação positiva na rubrica de empréstimos registada em 30 de Setembro de 2011 face a 31 de Dezembro de 2010 resultou, fundamentalmente, das emissões obrigacionistas realizadas em Abril e Julho de 2011 no valor de 100.000 e 50.000 milhares de euros, respectivamente, e

do incremento das utilizações ao abrigo dos programas de papel comercial. A extensão de todos os prazos dos programas de papel comercial originou a classificação em não corrente da totalidade da dívida obtida por este meio de financiamento.

Os passivos financeiros do Grupo REN apresentam os seguintes tipos de covenants principais: Cross default, Pari Passu, Negative Pledge, Gearing (o cumprimento deste rácio é apenas aplicável quando a notação de rating atribuída à REN é inferior a um determinado nível, o que não se verifica em 30 de Setembro de 2011), alteração de controlo accionista (importa salientar que a alteração de controlo accionista não constitui, por si só, motivo suficiente para determinar o vencimento antecipado do contrato, tendo para tal de verificar-se um conjunto de condições suplementares e cumulativas).

## 11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	31 de Dezembro de 2010				
	Nocional	Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swaps de taxa de juro	384.000 mEUR	-	-	2.803	2.875
Swaps de taxa de juro	200.000 mEUR	-	1.553	-	-
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	19.146	-	-
Derivados de negociação		2.212	-	1.572	-
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>2.212</b>	<b>20.699</b>	<b>4.375</b>	<b>2.875</b>

  

	30 de Setembro de 2011				
	Nocional	Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swaps de taxa de juro	334.000 mEUR	-	-	718	3.039
Swaps de taxa de juro	200.000 mEUR	-	-	-	7.453
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	21.839	-	-
Derivados de negociação		1.247	-	256	-
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>1.247</b>	<b>21.839</b>	<b>974</b>	<b>10.492</b>

## Swaps:

### **Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo contratou em Junho de 2011, dois novos swaps de taxa de juro e em Julho de 2011 um outro swap de taxa de juro para efectuar a cobertura dos cupões de emissões obrigacionistas realizadas em Abril de 2011 e Julho de 2011. Acresce que um dos swaps detido a 31 de Dezembro de 2010 atingiu o seu termo em Abril de 2011.

Desta forma, os swaps de taxa de juro detidos pelo Grupo em 30 de Setembro de 2011 e que procedem à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas atingem um nocional de 334.000 milhares de euros (em 31 de Dezembro de 2010 era de 384.000 milhares de euros). O justo valor dos swaps de taxa de juro em 30 de Setembro de 2011 é de 3.757 milhares de euros negativos (em 31 de Dezembro de 2010 era de 5.678 milhares de euros negativos).

Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

O Grupo tem contratados dois “*forward-start swaps*” de taxa de juro com início em 2012, com o objectivo de cobertura do risco de flutuação das taxas de juro de empréstimos que o Grupo estima contratar. Estes instrumentos detêm em 30 de Setembro de 2011 um nocional de 200.000 milhares de euros (em 31 de Dezembro de 2010 era de 200.000 milhares de euros), pagando a REN uma taxa fixa e recebendo uma taxa variável. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os juros dos financiamentos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor destes swaps de taxa de juro em 30 de Setembro de 2011 é de 7.453 milhares de euros negativos (em 31 de Dezembro de 2010 era de 1.553 milhares de euros positivos).

Adicionalmente, a REN encontra-se a proceder à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco

cambial, através de um “*cross currency swap*” com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente “*forward start swap*” que só terá início em Junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura, sendo transferidas, no caso da cobertura cambial, para resultados do exercício à medida que o instrumento coberto gera impacto em resultados.

O risco de crédito não se encontra coberto. O justo valor do “*cross currency swap*” em 30 de Setembro de 2011 é de 21.839 milhares de euros positivos (em 31 de Dezembro de 2010 era de 19.146 milhares de euros positivos).

A variação cambial do subjacente (empréstimo), no montante de 4.310 milhares de euros positivos à data de 30 de Setembro de 2011 (em 31 de Dezembro de 2010 era de 19.146 milhares de euros negativos), foi registada em base líquida do efeito do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 8.532 milhares de euros à data de 30 de Setembro de 2011 (em 31 de Dezembro de 2010 era de 1.141 milhares de euros).

### **Cobertura de justo valor**

O Grupo contratou em Fevereiro de 2009, um *swap* de taxa de juro para efectuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em Novembro de 2009, sendo que a esta data o instrumento coberto apresentava um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 677 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, de acordo com o método do juro efectivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

### **Futuros:**

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., através da sua participada REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, quer através da celebração de contratos standardizados pela

International Swaps and Derivatives Association Inc. (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A REN SGPS e a REN Trading formalizaram por meio de Acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da REN SGPS, assegurando assim uma clara e transparente separação desses negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros não implica qualquer liquidação física dos activos subjacentes, sendo uma actividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de activos, não se confundindo com a actividade regulada do Agente Comercial.

Em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO2 é conforme se segue:

	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Contratos financeiros no mercado de energia para 2011	1.941	-
Licenças de CO2	271	-
Contratos financeiros de carvão	-	1.572
<b>Justo valor a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b><u>2.212</u></b>	<b><u>1.572</u></b>

  

	<u>Activo Corrente</u>	<u>Passivo Corrente</u>
Contratos financeiros no mercado de energia para 2011	588	-
Contratos financeiros no mercado de energia para 2012	136	-
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	342	-
Licenças de Co2	-	175
Contratos Financeiros de Carvão para 2011	-	81
Contratos Financeiros de Carvão para 2012	182	-
<b>Justo valor em 30 de Setembro de 2011</b>	<b><u>1.247</u></b>	<b><u>256</u></b>

## 12 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no activo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte. As empresas do negócio do gás atribuem aos empregados planos de seguro de vida. Não se verificaram quaisquer alterações nos benefícios atribuídos aos empregados, relativamente a 31 de Dezembro de 2010.

O impacto global dos benefícios atribuídos nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é o seguinte:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Obrigações nas demonstração consolidada da posição financeira</b>		
Plano de pensões	37.420	33.966
Cuidados médicos e outros benefícios	32.735	31.959
Plano de seguro de vida	103	106
	<u>70.259</u>	<u>66.031</u>

A variação ocorrida nas responsabilidades no plano de pensões deve-se à desvalorização do valor dos activos do fundo em 5.938 milhares de euros. O efeito encontra-se reflectido em resultados transitados, pelo valor líquido de imposto.

O montante registado nos gastos com pessoal é o seguinte:

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
<b>Gastos na demonstração consolidada dos resultados</b>		
Plano de pensões	1.622	2.122
Cuidados médicos e outros benefícios	775	786
Plano de seguro de vida	10	9
	<u>2.407</u>	<u>2.917</u>

Os valores reportados a 30 de Setembro de 2011 resultam da projecção da avaliação actuarial efectuada a 31 de Dezembro de 2010, para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, considerando a estimativa do aumento dos salários para o ano de 2011.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo actuarial supra mencionado em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são os abaixo indicados:

Taxa anual de desconto	4,54%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos)	10,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (entre 55 e 59 anos)	5,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	1,30%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,00%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,00%
Taxa de inflação	2,00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	4,00%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	175 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	2,20%
Taxa de rendimento	5,32%
Tábua de mortalidade	TV 88/90

### 13 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

#### Evolução das Provisões

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Saldo inicial</b>	<u>17.081</u>	<u>5.288</u>
Aumentos	-	12.774
Diminuições	-	(981)
<b>A 30 de Setembro</b>	<u><b>17.081</b></u>	<u><b>17.081</b></u>
Provisão corrente	12.470	12.470
Provisão não corrente	4.611	4.611
	<u><b>17.081</b></u>	<u><b>17.081</b></u>

Em 30 de Setembro de 2011 a rubrica de provisões refere-se essencialmente a: (i) estimativa de pagamentos a serem efectuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros (4.611 milhares de euros); (ii) estimativa para cobertura da contingência associada ao litígio com a Amorim Energia sobre os dividendos recebidos da GALP Energia em 2006, a qual foi registada em 2010 na sequência da notificação do acórdão do Tribunal Arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) de Paris, em 16 de Março de 2010 e respectiva adenda em 8 de Julho de 2010, condenando a REN ao pagamento de 20,3 M€, equivalente a metade do montante reclamado pela Amorim Energia, acrescido de juros. É entendimento da REN, baseado na análise jurídica do acórdão arbitral,

que a provisão constituída se encontra adequada face ao risco inerente a este processo (12.470 milhares de euros) (Nota 24).

## 14 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	2011			2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores conta corrente	143.501	-	143.501	184.478	-	184.478
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	36.278	13.607	49.885	70.494	9.704	80.198
Desvios tarifários	58.184	58.368	116.552	8.435	120.618	129.053
Fornecedores de activos fixos	83.057	-	83.057	133.892	-	133.892
<b>Estado e outros entes públicos (i)</b>	3.158	-	3.158	7.060	-	7.060
<b>Proveitos diferidos</b>						
Subsídios ao investimento	19.896	313.677	333.573	23.673	321.617	345.291
<b>Acréscimos de custos</b>						
Férias e subsídios e outros encargos férias	6.257	-	6.257	4.774	-	4.774
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>350.331</b>	<b>385.652</b>	<b>735.983</b>	<b>432.807</b>	<b>451.940</b>	<b>884.746</b>

(i) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

## 15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento calculado para os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 30 de Setembro de 2010, inclui o imposto corrente e o imposto diferido, como segue:

### Imposto sobre o rendimento

	30.09.2011	30.09.2010
Imposto s/ rendimento corrente	50.739	57.351
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	5.524	2.787
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 6)	(8.020)	(16.097)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>48.243</b>	<b>44.041</b>

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme segue:

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Resultado antes de impostos	143.827	123.227
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	3.330	23.932
Rendimentos não tributáveis	(486)	(12.085)
Diferenças temporárias:		
Desvios Tarifários	22.712	65.126
Reavaliações	6.269	6.887
Justo valor de Instrumentos Financeiros	516	(890)
Pagamento e benefícios por reformas antecipadas-Fundo de Pensões	1.339	(3.859)
Outros	(137)	(0)
<b>Lucro tributável</b>	<b>177.370</b>	<b>202.338</b>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25,0%	43.419	49.360
Derrama sobre o lucro tributável à taxa de 1,5%	2.796	3.002
Derrama estadual sobre o lucro tributável superior a 2.000.000 euros à taxa de 2,5%	4.238	4.660
Tributações autónomas	285	329
(Excesso)/insuficiência de estimativa de imposto	5.524	2.787
<b>Imposto corrente</b>	<b>56.263</b>	<b>60.138</b>
Imposto diferido	(8.020)	(18.620)
Imposto diferido - Alteração de taxa de imposto (Derrama estadual)	-	2.523
<b>Imposto diferido</b>	<b>(8.020)</b>	<b>(16.097)</b>
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>48.243</b>	<b>44.041</b>
Taxa efectiva de imposto	33,54%	35,74%

A taxa de imposto adoptada para a reconciliação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é calculada conforme segue:

#### Taxas de imposto corrente

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual	2,50%	2,50%
	<b><u>29,00%</u></b>	<b><u>29,00%</u></b>

A conta de Imposto sobre o rendimento em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	30.09.2011	31.12.2010
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício:</b>		
Imposto estimado	(47.982)	(94.495)
Pagamentos por conta	51.304	33.626
Retenções na fonte por terceiros	1.304	943
<b>Imposto a receber / (a pagar) - Grupo Fiscal</b>	<b>4.626</b>	<b>(59.925)</b>
Imposto estimado	(2.756)	(72)
Pagamentos por conta	2.072	400
Retenções na fonte por terceiros	27	32
<b>Imposto a receber / (a pagar)</b>	<b>(657)</b>	<b>361</b>

## 16 Resultado por acção

Os resultados por acção atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como segue:

		30.09.2011	30.09.2010
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por acção	(1)	95.572	79.185
Nº de acções ordinárias em circulação no período (Nota 9)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das acções próprias (Nota 9)		3.881.374	3.881.374
	(3)	530.118.626	530.118.626
Resultado básico por acção (euro por acção)	(1)/(3)	0,18	0,15

## 17 Dividendos por acção

Os dividendos atribuídos durante o período findo em 30 de Setembro de 2011, referem-se ao resultado líquido apurado no exercício de 2010, tendo sido pagos 89 milhões de euros (0,167 euros por acção).

## 18 Garantias prestadas

Em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Início	30.09.2011	31.12.2010
Comunidade Europeia	Dar cumprimento a requisitos contratuais no âmbito de contrato de financiamento	05-12-2007	3	692
Tribunal da Comarca de Viseu	Caução para expropriação de 63 parcelas para a subestação da Bodiosa	22-10-2004	206	206
Tribunal da Comarca de Braga e de C. Branco	Caução para expropriação de parcelas para as subestações de Pedralva e C. Branco	15-02-2006	800	800
Camara Municipal de Silves	Caução para obras em Tunes	04-05-2006	352	352
Tribunal da Comarca da Anadia	Caução para expropriação de 111 parcelas para a subestação do Paraimo	26-04-2005	432	432
Tribunal da Comarca de Gondomar	Prestação de caução no âmbito do processo 1037/2001	09-11-2005	150	150
Tribunal da Comarca de Penela e Ansião	Caução para expropriação de 83 parcelas para a subestação do Penela	30-01-2006	703	703
Tribunal da Comarca de Vieira do Minho	Caução para expropriação de 29 parcelas para a subestação de Frades	04-08-2006	558	558
Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caução para expropriação de 11 parcelas para a subestação da Carvoeira	13-12-2006	297	297
Tribunal da Comarca de Macedo de Cavaleiros	Caução para expropriação de parcelas para a subestação de Olmos	14-02-2007	190	190
Direcção Geral de Geologia e Energia	Concessão das actividades do transporte do gás	25-09-2006	20.000	20.000
Camara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	02-11-2006	3.853	3.853
BEI	Para garantir empréstimos	26-06-2006	402.164	364.671
Serviços de Finanças de Lisboa	Caução de processo em curso	31-03-2005	-	1.080
Tribunal da Comarca de Tabua	Expropriação de parcelas de terreno	07-12-2007	171	171
Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar	Expropriação de parcelas de terreno	18-04-2007	81	81
OMEL - Operador del Mercado Español de Electricidad	Garantir pagamentos resultantes da intervenção da Trading como comprador no mercado Espanhol	26-06-2007	2.000	2.000
Juiz de Direito da Comarca de Lisboa	Caução de processos em curso	10-12-2008	115	115
Tribunal da Comarca de Armamar	Expropriação de parcelas de terreno	03-11-2008	732	732
Ministério da Economia e da Inovação	Garantir liquidação de dívida exequenda nº 7873/2006	30-12-2008	1	1
Fortia	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association, Inc.)	19-4-2011	1.000	2.000
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional do	Instalação de infraestruturas de gás por perfuração - RNT de Gás Natural - Ramal Industrial de Leça	15-07-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Mogadouro	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à ampliação da subestação de Mogadouro	30-07-2009	18	18
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional de Santarém	RNTGN - CCC Pego - ligação de Central Termoelectrica da Tejo Energia (Pego). Atravessamento da EN 118 - km 142,295	25-08-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Tavira	Caucionar a expropriação de 38 parcelas de terreno, sitas na Freguesia de Cachpo, do Concelho de Tavira para implantação da Subestação de Tavira	24-09-2009	163	163
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela REN no contrato de cedência de utilização	08-01-2010	200	200
EUROSCUT NORTE - Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes do contrato relativo à instalação de gasoduto na área de concessão da EUROSCUT NORTE.	25-01-2010	250	250
Direcção Geral dos Impostos	Garantia da suspensão do processo de contencioso sobre IVA	23-09-2010	-	688
Director do DAGEF da Câmara Municipal do Seixal	Garantir a liquidação da dívida exequenda nº 3500/2010 a aps. - nº 35800/2010, 35801/2010, 35802/2010 e 35803/2010	21-12-2010	616	616
Direcção Geral de Geologia e Energia	Garantir o pontual e integral cumprimento das obrigações emergentes do contrato de "concessão da explor., em regime de serviço público da zona piloto identificada no DL nº 5/2008, de 8 de Janeiro, e da utilização do recursos hibricos do domínio público de energia eléctrica a partir das ondas do mar"	19-10-2010	500	500
Juiz de direito do tribunal de circulo e de comerca de Santa Maria da Feira	Para caucionar o custo de expropriação de 35 parcelas - sitas na freguesias de Loredo e Romariz, com vista à implantação da subestação da Feira	14-01-2011	590	-
Juiz de direito do Tribunal da Comarca de Valongo	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à construção do posto de transição de Valongo	15-02-2011	125	-
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 330	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 221	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 234	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/Guarda - EN 232	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	Proceder à realização da seguinte obra: ligação do Posto de Transição de Valongo - SE Ermesinde a 220kV - circuito Duplo em cabo subterrâneo (EN 208Km 12 + 770 ao km 13 + 280	02-09-2011	37	-
			<b>436.334</b>	<b>401.527</b>

## 19 Transacções com partes relacionadas

Em 30 de Setembro de 2011 o Grupo REN encontra-se cotado na Euronext de Lisboa tendo como accionistas de referência, com transacções registadas, as seguintes entidades: EDP e Caixa Geral de Depósitos.

A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

### Grupo EDP

- EDP - Energias de Portugal, S.A
- EDP - Distribuição - Energia, S.A.
- EDP Serviços Universal, S.A.
- EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.
- EDP Gestão da Produção da Energia, S.A.
- Portgás, S.A.
- EDP Gás.Com, S.A.
- EDP Gás, SGPS, S.A.
- O&M Serviços, S.A.
- Sãvida, S.A.
- Labelec, S.A.

### Grupo CGD

- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Caixa BI

### Outros

- Red Eléctrica Corporación, S.A.
- Capitalpor - Participações Portuguesas, SGPS, S.A.
- Gestmin, SGPS, S.A.
- EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.
- Oliren, SGPS, S.A.
- Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.

Durante o exercício, o Grupo REN efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

### 19.1 Vendas de produtos e serviços

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
<b>Vendas de produtos</b>		
Electricidade - EDP	1.075.595	1.039.211
	<u>1.075.595</u>	<u>1.039.211</u>
<b>Serviços prestados</b>		
Ganhos aplicação de fundos - CGD	1.213	-
Outros serviços - EDP	3.059	7.043
	<u>4.272</u>	<u>7.043</u>

Os valores apresentados como vendas de produtos estão reconhecidos em “Clientes e outras contas a receber”, devido ao papel de intermediário da REN na compra e venda de electricidade.

### 19.2 Compras de produtos e serviços

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
<b>Compra de produtos</b>		
Electricidade - EDP	507.262	441.913
	<u>507.262</u>	<u>441.913</u>
<b>Compras de serviços</b>		
Serviços diversos - EDP	5.664	5.755
Juros de empréstimos - CGD	879	1.872
Comissões de empréstimos - CGD	122	485
Juros/IVA - Leasing CGD	31	-
	<u>6.696</u>	<u>8.112</u>

Os valores apresentados como compras de produtos estão reconhecidos em “Fornecedores e outras contas a pagar”, devido ao papel de intermediário da REN na compra e venda de electricidade.

### 19.3 Saldos com partes relacionadas

No final dos períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<b>Clientes e outras contas a receber</b>		
EDP - saldo em clientes	71.260	84.467
EDP - saldo em outros devedores	<u>1.366</u>	<u>802</u>
	<b><u>72.626</u></b>	<b><u>85.269</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
CGD - Aplicações de tesouraria	41.100	63.100
CGD - Depósitos bancários	<u>655</u>	<u>1.527</u>
	<b><u>41.755</u></b>	<b><u>64.627</u></b>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
EDP - saldo em fornecedores	9.866	7.674
EDP - saldo em outros credores	65	234
CGD - Saldo em fornecedores	-	36
<b>Empréstimos:</b>		
CGD - programa de papel comercial	-	27.000
CGD - Descobertos Bancários	32.170	
CGD - Leasing	<u>438</u>	<u>131</u>
	<b><u>42.539</u></b>	<b><u>35.075</u></b>

### 19.4 Remuneração da Administração

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.136 milhares de euros (1.367 milhares de euros em 30 de Setembro de 2010) conforme tabela abaixo:

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>1.136</u>	<u>1.367</u>
	<b><u>1.136</u></b>	<b><u>1.367</u></b>

Os valores indicados referem-se apenas a remunerações fixas e subsídio de alimentação, dado que o Conselho de Administração não auferir quaisquer outros rendimentos elencados pelo n.º 17 da IAS 24.

## 20 Depósitos de garantia

O aumento/diminuição dos valores das cauções deve-se à variação do valor das posições abertas em bolsa, acrescido da remuneração mensal das mesmas cauções.

## 21 Outros gastos operacionais

O decréscimo desta rubrica face aos montantes publicados no anexo de 30 de Setembro de 2010 encontra-se relacionado com o procedimento de anulação, no exercício de 2011, das rubricas de sobrecusto dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) nos outros gastos operacionais e na rubrica de vendas e prestações de serviços por se tratar de valores *pass through*, cujos montantes ascendem a 224.879 milhares de euros no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011 (186.045 milhares de euros no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010).

## 22 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010 apresentava o seguinte detalhe:

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Subcontratos de transporte de gás	2.334	17.578
Custos de manutenção	9.694	13.677
Comissões a entidades externas ii)	5.927	8.188
Custos de interligação - " <i>cross border</i> "	2.419	2.473
Custos com energia eléctrica	3.664	3.417
Custos com seguros	2.203	2.054
Custos de reserva de capacidade i)	979	1.260
Custos com publicidade	1.361	1.801
Vigilância e segurança	1.459	1.478
Outros (inferiores a 1.000 milhares de euros)	4.890	4.827
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b><u>34.928</u></b>	<b><u>56.754</u></b>

i) Os custos de reserva de capacidade respeitam a custos suportados pela REN referentes à capacidade de produção disponível exigida aos produtores, para manter a todo o tempo a operacionalidade do sistema. Estes custos são reconhecidos na actividade de Gestão Global do Sistema da REN, S.A., de acordo com o modelo regulatório actualmente em vigor.

ii) As comissões pagas a entidades externas referem-se a “trabalhos especializados” e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

A variação apresentada pela rubrica de “subcontratos de transporte de gás” advém da inclusão das sociedades de transporte Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga e Gasoduto Braga -Tuy no perímetro de consolidação do Grupo a partir de Dezembro de 2010.

### **23 Interesses não controlados**

A variação dos interesses não controlados (517 milhares de euros em 30 de Setembro de 2011 versus 6.329 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010) resulta da aquisição pela REN Gasodutos, S.A. da totalidade do capital na Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga e Gasoduto Braga-Tuy.

A liquidação dos saldos em aberto nas sociedades de transporte foi efectuada durante o 1.º semestre de 2011.

### **24 Outros assuntos**

#### **Diferendo com a Amorim Energia B.V.**

Em Dezembro de 2007, e conforme oportunamente informado ao mercado, a REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) foi notificada de um processo de arbitragem junto da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) instaurado pela Amorim Energia B.V. contra si, respeitante a matéria relacionada com o “Shareholders Agreement relating to GALP ENERGIA, SGPS, S.A.” celebrado em 29 de Dezembro de 2005 entre a REN, a AMORIM e a ENI PORTUGAL INVESTMENT, S.p.A. (“Acordo Parassocial”) e, em particular, com os dividendos distribuídos pela Galp Energia, SGPS, SA relativamente aos lucros de 2005.

Anteriormente, durante o ano de 2006, a REN e a Amorim Energia B.V. haviam mantido um diferendo quanto a saber a quem pertencia o valor correspondente aos Dividendos e, em 15 de Junho de 2006, o Tribunal Arbitral especialmente constituído para o efeito por acordo das partes proferiu acórdão, com um voto de vencido, julgando improcedente a acção então movida pela Amorim Energia B.V. e reconhecendo definitivamente o direito da REN a manter os Dividendos.

Nesta segunda arbitragem, realizada sobre a égide da CCI, a Amorim Energia B.V., baseando-se alegadamente em factos diferentes, pediu a condenação da REN no pagamento de uma indemnização em montante equivalente ao valor dos Dividendos.

No dia 16 de Março de 2010, a REN foi notificada do acórdão arbitral que, com um voto de vencido, a condenou ao pagamento de 20.334.883,91 euros à Amorim Energia B.V., equivalente a metade do pedido formulado por esta e correspondente a metade do valor dos Dividendos, acrescidos dos respectivos juros, calculados desde a data de deliberação à taxa legal em vigor.

Na sequência do pedido de clarificação formulado pela REN, o Tribunal Arbitral notificou a sociedade, no dia 8 de Julho de 2010, de uma adenda ao Acórdão.

Nestes termos, após análise do acórdão arbitral e dos seus fundamentos bem como da respectiva adenda, considera-se que existem meios de reacção que, nesta data, permitem entender, com base nos elementos conhecidos, haver ainda uma probabilidade relevante de, a final, se fazer prevalecer a posição da REN.

Assim, é entendimento da REN, baseada na análise jurídica do acórdão arbitral e respectiva adenda que o saldo da provisão em 30 de Setembro de 2011, no montante de 12.470 milhares de euros, se encontra adequada face ao risco inerente a este processo, e corresponde à melhor expectativa dos encargos a incorrer pela REN com este processo.

Na sequência da introdução de um processo de anulação do citado acórdão arbitral, deram-se início aos correspondentes procedimentos, prevendo-se que possa ser tomada uma decisão sobre este processo ainda no decorrer do presente ano de 2011.

## **Novos membros do Conselho de Administração**

Em meados do mês de Março de 2011, os Administradores Gonçalo Oliveira, Luis Atienza, Manuel Champalimaud e Filipe de Botton apresentaram ao Presidente do Conselho de Administração as respectivas renúncias aos cargos de vogal do Conselho de Administração, tendo sido substituídos, na Assembleia Geral Anual realizada no passado dia 15 de Abril, pelas seguintes entidades:

Logoplaste, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (actualmente designada por EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.), Gestmin, SGPS, S.A., Oliren, SGPS, S.A. e Red Eléctrica Corporación, S.A.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do art.º 390.º do Código das Sociedades Comerciais, aquelas entidades procederam à designação das pessoas singulares que irão exercer o cargo de Vogal do Conselho de Administração em nome próprio, respectivamente:

Luis Guedes da Cruz Almeida (designado no dia 27/07/2011);

José Manuel Félix Morgado (designado no dia 14/09/2011);

Gonçalo Xavier de Araújo (designado no dia 14/09/2011);

Luis Atienza (designado no dia 14/09/2011).

## 25 Factos subsequentes

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Electricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia eléctrica, a REN procedeu em Outubro de 2011 à alienação, por um valor global de 8.321.140 euros, de 50% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., mediante a transmissão de lotes compostos por acções representativas de 5% do capital social desta sociedade, passando a deter 40% do capital social daquela entidade. Foram também cedidas na transacção prestações suplementares num valor global de 4.132.000 euros.

Na mesma altura, a REN adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.166.800 euros.

Em conformidade com o referido Acordo Ibérico, a REN deverá ainda alienar mais 30% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., nas mesmas condições das operações acima identificadas, de modo a que a posição accionista final da REN nesta empresa seja de 10% do respectivo capital social.



## O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

## O Conselho de Administração

Rui Manuel Janes Cartaxo  
(Presidente)

José Frederico Vieira Jordão  
(Membro da Comissão de Auditoria)

Aníbal Durães dos Santos  
(Administrador Executivo)

Fernando António Portela Rocha de Andrade  
(Membro da Comissão de Auditoria)

João Caetano Carreira Faria Conceição  
(Administrador Executivo)

Luis Guedes da Cruz Almeida  
(Administrador designado pela EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. em 27/07/2011)

João Manuel de Castro Plácido Pires  
(Administrador Executivo)

Luis Maria Atienza Serna  
(Administrador designado pela Red Eléctrica Corporación, S.A. em 14/09/2011)

João Nuno de Oliveira Jorge Palma  
(Administrador Executivo)

Gonçalo Xavier de Araújo  
(Administrador designado pela Oliren, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

José Isidoro de Oliveira Carvalho Netto  
(Administrador)

José Manuel Félix Morgado  
(Administrador designado pela Gestmin, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

José Luís Alvim Marinho  
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Nota - As restantes folhas do presente Relatório e Contas (3.º trimestre 2011) foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pela Técnica Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.

## 4. ANEXOS

### 4.1 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação consolidada do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011

#### Introdução

1. Apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011 da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um activo total de 4.433.824 milhares de Euros e capitais próprios de 1.007.056 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível ao Grupo no montante de 95.572 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de nove meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas, no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

## Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011.

## Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011 referida no parágrafo 1 acima da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34), e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfase

9. As Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objecto da nossa revisão limitada.

Lisboa, 3 de Novembro de 2011

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo



## 4.2 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso directo às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respectivos endereços electrónicos:

### Direcção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Directora  
[ana.fernandes@ren.pt](mailto:ana.fernandes@ren.pt)

Alexandra Martins  
[alexandra.martins@ren.pt](mailto:alexandra.martins@ren.pt)

Telma Mendes  
[telma.mendes@ren.pt](mailto:telma.mendes@ren.pt)

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.  
Direcção Relações com o Investidor  
Avenida dos Estados Unidos da América, 55  
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46  
Telefax: 21 001 31 50  
[E-mail: ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

### Direcção Comunicação e Marketing

Margarida Ferreirinha - Directora  
[margarida.ferreirinha@ren.pt](mailto:margarida.ferreirinha@ren.pt)

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.  
Direcção Comunicação e Marketing  
Avenida dos Estados Unidos da América, 55  
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 39 05  
Telefax: 21 001 34 90  
[E-mail: comunicacao@ren.pt](mailto:comunicacao@ren.pt)